

***DESTERRO: A CULTURA CAIÇARA DOCUMENTADA EM  
LONGA-METRAGEM***

***DESTERRO: LA CULTURA CAIÇARA DOCUMENTADA EN  
LARGOMETRAJE***

**Karina Passos de Abreu**

Mestre em Mídias Criativas pelo Programa de Pós Graduação em Mídias Criativas da Escola de Comunicação (Eco) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
karinadeabreu@ymail.com

**Gisele Motta Ferreira**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social (FCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
gisele.motta@outlook.com

**Paula Cabral Sancier Barbosa**

Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação Social (FCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)  
paula.sancier@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho busca relatar o processo de produção e elaboração do filme de longa-metragem documental *Desterro* (2020). Por meio do relato de memórias e entrevistas narrativas, contamos a luta da comunidade tradicional da Praia Grande da Caijaíba, na região da Península da Juatinga, no município de Paraty, estado do Rio de Janeiro. Os caiçaras são o povo tradicional das praias da região sudeste do Brasil, vivendo principalmente da agricultura familiar, da pesca, do artesanato, do extrativismo vegetal e, mais recentemente, do ecoturismo. Afetados pela especulação imobiliária e

grilagem<sup>1</sup> de terras na região, das 45 famílias que residiam na Praia Grande da Cajaíba até o ano 2000, hoje restam apenas duas. Este texto dissertativo explica o contexto da luta territorial caiçara da região e revela o processo de produção do documentário. O exercício da alteridade em relação ao diálogo da diretora e dos colaboradores com seus personagens – como propõe Eduardo Coutinho e Jean Rouch – é uma das diretrizes do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVES:** documentário; entrevista narrativa; memória; povos tradicionais; caiçara

**RESUMEN:** El presente trabajo busca relatar el proceso de producción del largo metraje documental *Desterro* (2020). A través de recuerdos y entrevistas narrativas, contamos la lucha de la comunidad tradicional de Praia Grande da Cajaíba, en la región de la península de Juatinga, en el municipio de Paraty, estado de Río de Janeiro. Las caiçaras son las personas tradicionales de las playas del sureste de Brasil, que viven principalmente de la agricultura familiar, la pesca, la artesanía, la extracción de plantas y, más recientemente, el ecoturismo. Afectados por la especulación inmobiliaria y el acaparamiento de tierras en la región, de las 45 familias que vivieron en Praia Grande da Cajaíba hasta el año 2000, hoy solo quedan dos. Esta disertación explica el contexto de la lucha territorial caiçara de la región y revela el proceso de producción documental. El ejercicio de la alteridad en relación con el diálogo del director y los colaboradores con sus personajes, según lo propuesto por Eduardo Coutinho e Jean Rouch, es una de las directrices del trabajo.

**PALABRAS LLAVES:** película documental; entrevista narrativa; memoria; pueblos tradicionales; caiçara

---

<sup>1</sup> No Brasil, grilagem de terras é a falsificação de documentos para, ilegalmente, tomar posse de terras devolutas ou de terceiros.

## 1. Introdução

A ideia de produzir um trabalho sobre o processo criativo de um filme – ou seja, a experiência pessoal sobre a gestação da obra – é uma oportunidade de aprofundamento nas práticas e nas motivações do fazer documental. É, também, uma escolha difícil. Esclarecemos que o documentário exposto não busca nenhum tipo de isenção ou objetivismo, e se engaja conscientemente na luta dos povos tradicionais pelo direito à dignidade à vida. Em nossa esfera temática, buscamos divulgar e endossar a resistência Caiçara contra a especulação e a invasão de seus espaços.

Ao longo das últimas décadas, empreendimentos milionários vêm “engolindo” os ribeirinhos e caiçaras de Paraty e de muitas outras regiões do Brasil, revelando marcas e vícios que começamos a herdar já nos tempos da invasão portuguesa: o domínio dos latifundiários; o ataque empresarial e governamental às demarcações de terras; o extermínio e escravização direta ou “análoga”. Um passado que nos assombra e que se mantém atual.

O filme *Desterro* é um documentário de longa-metragem que retrata a luta dos caiçaras remanescentes na Praia Grande da Cajaíba, no litoral sul fluminense, contra a especulação imobiliária que ameaça sua cultura e a preservação de seu território tradicional. Tomamos a Praia Grande como um exemplo do contexto de aumento do turismo, especulação imobiliária e as consequentes expulsões compulsórias sofridas pelas comunidades tradicionais pesqueiras da região da Península da Juatinga, situada no município de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, sudeste praiano brasileiro. Tal situação nos remete, ainda, às bases da história do Brasil, no que diz respeito às nossas populações tradicionais na luta pelo reconhecimento de direitos e, em última análise, à vida. Pautado em uma etnografia da imagem, escuta participativa e propostas reflexivas, o projeto audiovisual tem como personagens principais a Praia Grande da Cajaíba, “Seu” Altamiro dos Santos, “Dona” Benedita Maurícia e suas respectivas famílias. Trata-se dos últimos nativos remanescentes na praia, que, estima-se, abrigava cerca de 45 famílias no ano 2000 (Francesco, 2010).

Segundo a autora Lucia Cavalieri (2003), que pesquisou os conflitos fundiários na Praia Grande da Cajaíba e na Praia do Sono, também pertencente à Península, os caiçaras da Praia Grande firmaram (utilizando a impressão digital) um documento de comodato reconhecendo Gibrail Nubilo Tanus como proprietário do território. No entanto, segundo os nativos, Gibrail afirmava que os contratos de comodato tratavam-se

do reconhecimento dos direitos daqueles moradores originais sobre suas terras. A família Tanus é identificada como responsável por diversos processos de grilagem de terras caiçaras na região de Paraty.

A partir desta ação enganosa, Tanus passa a ser considerado dono legal do território da Praia Grande, enquanto aos seus moradores nativos restava apenas o usufruto das terras. “Seu” Altamiro dos Santos, um dos últimos remanescentes caiçaras a permanecer na Praia, nos contou que nunca havia assinado o contrato de comodato, bem como sua ex-companheira Jandira e tampouco “Dona” Benedita Maurícia, conhecida pela alcunha de “Dona” Dica, que também permaneceu no território, apesar das investidas e ameaças dos Tanus. Apesar disto, Gibrail apresentou um comodato supostamente assinado pelo casal Altamiro e Jandira. Ambos analfabetos, eles afirmam não reconhecer as assinaturas apresentadas.

É com base neste contrato que os herdeiros de Tanus disputam a praia com a família Santos até os dias atuais. Os depoimentos colhidos por Cavalieri (2003) na Praia Grande entre os anos de 1998 e 2003 apontam uma grande pressão imposta pelos herdeiros de Gibrail aos caiçaras ainda residentes na comunidade. A esta altura, seis famílias resistiam às investidas grileiras na orla, além de outras 16 residentes na encosta da praia – área de mata atlântica, acima do nível do mar, conhecida como Sertão da Praia Grande. Segundo Ana Alves de Francesco (2010) entre os anos de 2003 e 2008 todas as famílias deixaram a orla e no sertão permaneceu apenas uma moradora, Dona Dica. A família de seu Altamiro e Jandira permaneceu no canto direito da praia, no caminho para a cachoeira. Estes foram os únicos moradores a permanecer no território.

Uma proposta decisiva em relação a este projeto é a busca pelo desenvolvimento do olhar subjetivo. A paisagem local foi registrada com atenção aos detalhes, às alterações em dias de chuva ou sol, nuances de sons, ritmo, propondo, inclusive, certa personificação aos elementos não humanos. Registros estimulados na poesia imagética das diversas formas de sentir e estar na Península.

Subjetividade estimulada também nas memórias trazidas por cada personagem e no tecer da narrativa e suas locuções a partir do que tais encontros nos provocaram. Além do registro audiovisual da Praia Grande e de seus moradores resistentes, trataremos também de nossos encontros com os caiçaras retirados na zona urbana de Paraty. Arildo e Cocota, respectivamente sobrinho de “Dona” Dica e filha de Jandira e “Seu” Altamiro, residem em bairros periféricos de Paraty, para onde migrou grande

parte da população caiçara. Seus relatos trazem reflexões sobre saudade, sonhos e expectativas.

Uma das estratégias para um trabalho ético, além de desapegar de uma pretensa objetividade, é retornar os materiais produzidos à comunidade retratada, possibilitando a recriação destas narrativas a partir de suas críticas e reações. A referência do trabalho da etnografia da imagem serve de inspiração para pensar o desenvolvimento deste projeto, especialmente no que diz respeito às obras cinematográficas do segmento que desconstruem alguns de seus preceitos antropológicos do distanciamento do objeto: uma etnografia compartilhada, que leva em conta o diálogo ao invés do distanciamento do outro, bem como na presença declarada do diretor na cena, como realizou Jean Rouch em suas obras (Freire, 2009); e a coparticipação dos sujeitos filmados, inaugurada no primeiro longa-metragem documental, *Nanook of the North* (1922), de Robert Flaherty, evidenciada também, mais recentemente, em *O Prisioneiro da Grade de Ferro* (2003), de Paulo Sacramento. Nos filmes *Jaguar* (1967) e *Moi, un Noir* (1958), de Jean Rouch, observa-se a primazia de uma auto *mise-en-scène* dos personagens em detrimento da *mise-en-scène* do diretor (Freire, 2006). Apesar de pautados na criação de representações fictícias, interessa-nos, nestes exemplos, a profundidade com que emergem as narrativas pessoais, sonhos e desejos das personas que interpretam, no fim das contas, a si mesmas em seus contextos. Da mesma forma, este projeto de documentário busca o retrato de um panorama por meio do aprofundamento do encontro com as personagens que o compõem e nele resistem. É importante esclarecer que a *mise-en-scène* à qual nos referimos diz respeito ao corpo em cena, ao “sujeito-da-câmera” (Ramos, 2011) que difere do seu estar no mundo, é a própria representação de si, desempenhada pela persona diante da câmera e do cineasta, “sendo” de acordo com suas próprias impressões e expectativas. Para tanto, além da escuta ativa proposta por Eduardo Coutinho (1997), logramos realizar em nossas visitas breves imersões na Praia Grande, a fim de desenvolver uma relação mais aproximada com nossas personagens.

## **2. Cultura Caiçara e contexto de luta**

As comunidades populares não letradas baseiam a transmissão do conhecimento na cultura e na ideologia presentes nas suas práticas sociais coletivas (Geraldini, 2000). Dessa forma, perpetuam-se os conhecimentos e memórias de tais populações por meio

da tradição oral (Sisto, 2010). Neste contexto, a memória exerce um papel fundamental na continuidade de práticas, tradições e valores compartilhados entre aqueles que vivem no mesmo tempo e espaço geográfico (Moraes, 2000). Na Península da Juatinga, área de maior preservação de mata atlântica no estado do Rio de Janeiro, há relatos de grandes festividades, devoção à santos de matriz indígena, africana e ibérica, além de diversas lendas populares, como a existência do Lobisomem e da Mãe do Ouro.

A região de 9.954 hectares (Souza, 2017), abriga restingas, manguezais, costões rochosos, além das praias, em parte ocupadas pelas comunidades caiçaras remanescentes (Fontes, 2013). A conexão entre as comunidades, ainda nos dias atuais, se dá por trilhas abertas na mata ou por barco. Eram destas formas que os “antigos”, como são chamados os idosos e os ancestrais caiçaras na região, percorriam as praias vizinhas em cortejos da Folia de Reis, entrando nas casas, pedindo doações e convidando os “parentes”<sup>2</sup> para a grande festa que acontecia na remota Praia Grande da Cajaíba. Segundo Maneco, 50 anos, morador solitário da praia da Itanema, havia comida, cachaça, música e dança durante toda a noite. As famílias das demais praias lotavam a comunidade, havia danças para todos – crianças, jovens, adultos e idosos. Utilizavam-se lenços, dançavam a ciranda, faziam fogueiras, assavam o milho, a banana, a batata doce, compartilhavam o biju e o café com cana pela manhã.

Segundo Maneco, os bailes rurais, as festas religiosas, bem como as lendas locais, deixam de existir com a chegada da religião protestante. A nova crença passa a condenar o culto às festas e entidades sagradas pagãs ou sincréticas, a ingestão da cachaça – parte tradicional dos festejos – e associa os seres lendários a demônios. Maneco nos conta que gostaria de ser mais dedicado aos assuntos religiosos, mas diz que ainda não conseguiu deixar o álcool, nem constituir família, não se sentindo, ou mesmo sendo visto pelos parentes, como um seguidor dos preceitos bíblicos pregados pela nova religião.

Diferente de Maneco, o mestre de tradições caiçaras Altamiro não parece gostar das lembranças que remetem às práticas condenadas pela religião evangélica. Desde que se converteu ao protestantismo, “Seu” Altamiro, 69 anos, que sofria com o alcoolismo, não voltou a beber. O filho, Adelino dos Santos, afirma que, após a nova religião e o fim do alcoolismo, mestre Altamiro se tornou mais pacífico com a família e passou a defender, com ainda mais intensidade, o seu território. A relação entre o alcoolismo e a

---

<sup>2</sup> “Parente” é um tratamento comum entre as populações caiçaras estabelecidas na Península da Juatinga. Isso se deve ao fato de geralmente casarem-se entre si e apresentarem laços consanguíneos.

salvação religiosa foi relatada com frequência na região da Juatinga, recentemente também afetada pelo tráfico de drogas. Apesar da interferência nas práticas e histórias profundas da cultura local, como as lendas e as festas supracitadas, muitos caiçaras, especialmente os líderes locais convertidos ao protestantismo, como é o caso de “Seu” Altamiro da Praia Grande, defendem que, na falta de políticas públicas de saúde, a igreja cumpre um papel importante no que se refere ao apoio e combate aos vícios em álcool e outras drogas, como o crack e a cocaína.

O tema da educação é atualmente um dos grandes eixos da luta pela autonomia caiçara, quilombola e indígena de Paraty. Considerando que boa parte dos habitantes expulsos das praias caiçaras não foram alfabetizados e, em muitos casos, firmaram contratos de cessão ou venda de terras a preços irrisórios – por desconhecerem o conteúdo dos documentos, bem como o custo de vida nas cidades – é possível compreender a profunda marca deixada nestas comunidades pela falta de escolarização. Neste momento, existem escolas em seis praias da Península, que disponibilizam, pelo menos, o primeiro ciclo do Ensino Fundamental. Desde 2016, o segundo ciclo também passou a ser oferecido, mas apenas em duas destas escolas: na Praia do Pouso da Cajaíba e na Praia do Sono. A conquista se dá a partir de um convênio entre a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Fórum de Comunidades Tradicionais, a prefeitura de Paraty/RJ e, mais recentemente, o Colégio Pedro II, com o intuito de implementar uma educação diferenciada e integrada ao cotidiano local. O trabalho se estende, ainda, às comunidades quilombolas e indígenas do município de Paraty, e se dá através da contratação e formação de professores.

Esta é a primeira vez que o ensino de 6º ao 9º ano é oferecido dentro daquelas comunidades caiçaras. No entanto, as poucas escolas ainda não suprem a necessidade da região e a quantidade de professores é inferior à acordada. Além disso, não há oferta de merenda e transporte para os alunos do segundo segmento. Tais fatos podem inviabilizar a ida à escola no contexto de difícil acesso entre as praias. Seria necessária a construção de novas escolas e o envio de mais professores, não apenas para atender aos alunos, mas também para formar educadores populares locais – caiçaras, indígenas e quilombolas, que pudessem integrar as disciplinas da educação formal com os saberes e a cultura local. Atualmente, o segundo ciclo do ensino fundamental conta com apenas duas professoras não residentes na Península.

Uma das lideranças mais ativas neste processo é o mestre Ticote. Francisco Manuel Sobrinho, o Ticote, é pescador, residente na praia do Pouso da Cajaíba e

representante ativo de sua comunidade no Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra-Paraty-Ubatuba.<sup>3</sup> Ele é responsável pela articulação da escola caiçara do Pouso e também da Casa de Cultura Caiçara, construída na mesma praia. Ticote é um dos mais ferrenhos defensores da educação como ferramenta de poder pessoal e local. Formado na Praia do Pouso até a quarta série, o líder comunitário completou o ensino fundamental na Educação para Jovens e Adultos (EJA) oferecida, até 2015, pelo Projeto Azul Marinho, da Fundação Roberto Marinho. Baseado em videoaulas e contando com a presença de apenas um professor para todas as disciplinas, o projeto apresentava altos índices de abandono escolar e era visto com desconfiança por comunitários, como mestre Ticote, ou mesmo pelos professores à época contratados, assim como pelos pesquisadores das instituições acima mencionadas. Segundo Ticote, apesar de ter servido para obter seu diploma em curto prazo, é fundamental que as crianças tenham a oportunidade de estudar no ensino regular, com tempo para um trabalho mais aprofundado e aulas presenciais fundamentadas no contexto e interesses locais.

Ticote nos relatou durante nossa visita à Praia do Pouso, que a comunidade foi uma das poucas a não sofrer com grilagens e expulsões compulsórias, já que, há época dos ocorridos, a vila era uma das maiores das proximidades e seus moradores já haviam adquirido o direito legal à posse das propriedades. Dessa forma, a praia tem uma estrutura e densidade demográfica que auxiliaram na comprovação da necessidade de se construir a escola e, atualmente, já se demanda uma segunda escola para atender a todos os alunos vindos também de praias vizinhas.

É na Praia do Pouso que ocorrem as visitas médicas, entre outras ações de agentes de saúde na prevenção de doenças, como a vacinação contra a epidemia de febre amarela que assolava a região naquele momento e que pudemos acompanhar em nossa visita. Neste aspecto, é importante notar que mesmo a presença, ainda que precária, de auxílio por parte do Estado se relaciona com uma estrutura comunitária negada às praias atingidas pela grilagem de terras, como é o caso da Praia Grande da Cajaíba. O discurso de que existe uma descaracterização de tais comunidades atualmente esvaziadas é

---

<sup>3</sup> Segundo a descrição disponível na página do Fundo Brasil de Direitos Humanos “O Fórum de Comunidades Tradicionais Angra-Paraty-Ubatuba foi formado em 2007 pela união de lideranças indígenas, quilombolas e caiçaras de diferentes comunidades da região. O Fórum atua como uma rede de articulação de instituições de base e tem como missão a articulação de povos e comunidades tradicionais para promoção do desenvolvimento sustentável e para defesa e garantia de seus direitos, em especial os territoriais”. O texto está disponível em: <http://fundodireitoshumanos.org.br/projeto/forum-de-comunidades-tradicionais-indigenas-quilombolas-e-caicaras-de-angraparatyubatuba-sp/>



utilizada para justificar novas expulsões ou a falta de reconhecimento e suporte legal à proteção e manutenção destas localidades como territórios caiçaras.

De volta à Praia Grande, pudemos verificar que mestre Altamiro cultiva alimentos e cria animais em seu terreno, assim como os antigos caiçaras. Atualmente, ele dispõe do primeiro e mais completo Sistema Agroflorestal (SAF) da península. O SAF é uma forma de uso do solo que combina, em uma mesma área e em um determinado tempo, o cultivo de elementos perenes (espécies arbóreas ou arbustivas, frutíferas, madeiráveis ou adubadoras) e elementos semi-perenes (espécies que permanecem no sistema por dois a três anos sendo implantadas no início do sistema).<sup>4</sup>

A roça de seu Altamiro, que se orgulha em ser chamado de fazendeiro pelos filhos, conta com uma grande diversidade de espécies, como o açaí juçara, a banana, o abacaxi, a goiaba, a graviola, a cana-de-açúcar, as hortaliças, os grãos, a mandioca, a abóbora, o milho e até árvores de pau-brasil. Além disso, existe a criação de animais domésticos, como galinhas e patos, que ajudam na adubação e enriquecimento do solo.<sup>5</sup> Além da roça, a família trabalha no Rancho, pequeno bar-restaurante onde são vendidos alimentos e bebidas aos visitantes, enquanto “Seu” Altamiro cuida também da pesca.<sup>6</sup> A atividade pesqueira, nos dias de hoje, é feita com a prática do cerco, herdada de colonos japoneses e integrada à cultura caiçara. A técnica consiste em cercar uma dada área no mar, há alguns metros da orla, por uma grande rede de pesca retirada a cada 10 ou 15 dias capturando peixes e crustáceos. A pesca representa parte importante da renda familiar de muitos comunitários, como é o caso da família Santos, que vende os animais na cidade de Paraty e em pratos no rancho da família. Para o consumo particular, utilizam também a pesca com arpão.<sup>7</sup>

“Seu” Altamiro, dona Jandira e cada um dos filhos do casal têm casas bio-construídas por suas próprias mãos, utilizando madeira, bambu, areia, argila, barro e palha. As casas também são alugadas por temporada e o terreno da família serve de

---

<sup>4</sup> Informações sobre SAFs disponível em: <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-tecnologica/tecnologias/sistema-de-producao/sistema-agroflorestal>. Acesso em 15/05/2019.

<sup>5</sup> Segundo o Agência Embrapa de Informação Tecnológica, o adubo animal é um dos mais relevantes na fertilização do solo, sendo rico em nutrientes balanceados. O uso das fezes animais para a adubação do solo é também um método natural, gratuito e promove um circuito fechado de aproveitamento integral entre o cultivo de alimentos e a criação animal, onde todos os elementos se beneficiam mutuamente (Schwartz, F. F.; Abreu, L. S., 2011).

<sup>6</sup> O rancho caiçara é uma construção tradicional, tipo de quiosque instalado na praia, feito com barro, bambu e palha de sapê. Primeiramente utilizado para armazenar canoas e artigos de pesca, os ranchos são transformados também em bares e restaurantes voltados ao turismo.

<sup>7</sup> O arpão é uma lança originalmente talhada em madeira, podendo ser construída nos dias atuais em metal. A técnica de pesca artesanal, consiste em atirar o arpão na presa para capturá-la.

camping para os visitantes. “Seu” Altamiro, que cuida de sua terra com profundo zelo e respeito, faz as honras e explica a cada visitante a conquista que representa poder desfrutar do “paraíso”, como chama a Praia Grande. Geralmente, ele também oferece as instruções para preservar e impactar o mínimo possível a natureza local. Este é o único espaço na praia onde é permitida a estadia de turistas, visto que os demais terrenos tornaram-se propriedade privada dos Tanus, e, posteriormente, área de proteção ambiental.

Atualmente, vivem apenas dois núcleos familiares na antiga comunidade da Praia Grande da Cajaíba, um é o de “Seu” Altamiro e “Dona” Jandira e o outro é o da família de “Dona” Dica, famosa artesã caiçara, agricultora e comerciante em seu rancho na praia. Mestre Dica, que chegou a ter uma casa à beira mar destruída pelo grileiro – como ocorreu com diversos antigos moradores da praia – vive na encosta, área considerada como sertão de mata atlântica, subindo a trilha da cachoeira.<sup>8</sup>

Ainda sobre a rotina de “Dona” Dica, a idosa percorre, quase diariamente, a trilha de cerca de uma hora, que inclui a travessia do rio, cuja ponte fora destruída a mando de Gibrail com o intuito de impedir a circulação dos caiçaras. Profunda conhecedora da cultura local, ela é uma das últimas trançadeiras artesanais da região, podendo fabricar cestos, luminárias, peneiras e telhados de palha trançada, como a que produziu na construção de seu rancho na praia. “Dona” Dica também é agricultora de grande variedade de alimentos e plantas tradicionais da região, como os feijões e a mandioca para a farinha. A matriarca e chefe de família chegou à Praia Grande com o falecido marido, ainda na juventude e criou as cinco filhas, tendo a comercialização da pesca e a produção artesanal de farinha de mandioca como principais fontes de sustento por décadas. Ela é uma das poucas matriarcas, chefes de família, caiçaras que conhecemos na Península.

A senhora Franzina enfrenta com coragem a questão da luta pela terra e resiste às ameaças dos grileiros na Praia Grande. Ela nos contou algumas situações e tentativas de intimidação por parte de funcionários contratados pelo grileiro Gibrail, que atuou na região de Paraty desde os anos de 1970. Já falecido, Gibrail foi sucedido pelo filho Cristiano Tanus na disputa. O empresário do ramo imobiliário construiu uma casa confortável na Praia Grande após a suposta compra dos antigos terrenos. Há também

---

<sup>8</sup> Uma observação interessante é o sobrenome de ambas as famílias ser o mesmo. Apesar de comum no Brasil, tal semelhança possivelmente significa algum tipo de parentesco proveniente de gerações anteriores.

uma casa mais simples onde geralmente vivem os caseiros contratados pela família grileira para ocuparem, fazerem a segurança do local e, segundo os comunitários, seguiam até pouco tempo ordens para pressionar a desocupação da praia por meio de práticas como a sabotagem dos barcos de pesca e dos ranchos.

Entre diversos acontecimentos marcantes de expulsões, negociações abusivas e o quase esfacelamento da comunidade caiçara da Praia Grande da Cajaíba, conta-se que, por anos, o cenário da praia era de destruição. Havia escombros das casas e ranchos postos a baixo por toda a extensão da orla, a floresta dominando as roças abandonadas, ameaças e manadas de búfalos invadindo propriedades e destruindo plantações, barcos, ferindo animais. Conta-se na Praia, que Dona Maria, irmã de “Dona” Dica e famosa pela resistência contra o processo de expulsão, encontrou o seu rancho de praia demolido e tornou a reconstruí-lo junto ao marido por três vezes. O casal, que segundo os Tanus também teria assinado um contrato de comodato, procuraram se esconder dos diversos oficiais de justiça que estiveram na Praia Grande incumbidos de entregá-los um mandato de reintegração de posse, até desistirem da disputa e saírem da praia em 2003. No documento de reintegração concedido pela juíza Admara Schneider, ligada ao Fórum de Paraty, constava a afirmação de que “se deparou com demandas possessórias onde o contratante cede seus direitos (...) e posteriormente busca a tutela jurisdicional, sob alegação de ser analfabeto”. O casal nunca se adaptou à vida na Mangueira – favela de Paraty onde residem muito caiçaras retirados – e ao trabalho de descascar camarões entre às 7h e às 18h no frigorífico.

Alegando má fé por parte de “Seu” Altamiro e “Dona” Jandira, Cristiano Tanus, segue afirmando, ainda hoje, que os documentos de comodato foram assinados no ano de 1974 pelo casal e pede uma perícia grafotécnica para atestar a veracidade das assinaturas. Há relatos, ainda, de incêndios criminosos, assassinatos e do esvaziamento completo de outras localidades, atualmente habitadas por trabalhadores caiçaras, contratados como caseiros e seguranças particulares de milionários brasileiros e estrangeiros, com contratos de compra de praias e ilhas inteiras e casas construídas ilegalmente por meio de mão de obra caiçara.

A maioria dos antigos moradores expulsos da Praia Grande viu-se obrigada a migrar para as favelas de Ilha das Cobras e Mangueira (Cavaliere, 2003), por falta de recursos financeiros que permitissem a compra de imóveis em outras áreas. Na Praia Grande, os nativos ainda resistentes afirmam que a quantia oferecida por suas casas e terrenos variava entre 10 e 20 mil reais.

Os caiçaras que hoje vivem Ilha das Cobras e na Mangueira vieram de diversas comunidades da Península da Juatinga. Ou foram expulsos violentamente, durante as décadas de 1970 a 1990, ou tiveram seus modos de vida cada vez mais dificultados pelo poder público e por isso, deixaram seus lugares em busca “de melhores condições de vida na cidade” e de acesso às políticas públicas, como educação, saúde, etc. (Marcondes, 2017, p. 36).

As narrativas ligadas à chegada e permanência de grileiros ao território são de impacto ambiental e choque cultural. Inicialmente atraídos pelo crescente turismo e sua consequente especulação imobiliária, alguns dos primeiros grileiros chegados à Península, na década de 1970, empreenderam monoculturas e pecuária, incluindo a criação de búfalos. Segundo “Seu” Altamiro, há algumas décadas um turista integrante de um grupo que visitava a região chegou à Praia do Martins de Sá, hoje sob a tutela da União para usos e frutos da única família caiçara resistente no local. À época, o homem perguntou aos moradores se havia um dono daquelas terras, ao que os moradores lhe responderam que desconheciam possíveis donos da praia. Neste ponto, parece interessante ressaltar que a lógica de propriedade privada, mercado, capital e lucro, ou mesmo a noção de bem público gerido pelo Estado para uso em benefício da nação, diferem da apropriação social que os povos tradicionais fazem da terra (Little, 2002).

Da mesma forma, quando indagado sobre a propriedade da Praia Grande, mestre Altamiro afirma que não se sente proprietário da praia. Para ele, donos são todos aqueles dispostos a cuidá-la. Estes são considerados amigos – no caso de visitantes não caiçaras – ou parentes, pautando sua luta no direito coletivo à Península. Em Diegues (1996), observamos que o “compadrio” e o parentesco preponderam nestas situações, baseadas em costumes e na “lei do respeito”. Tanto os usos comuns de recursos quanto o entendimento da existência de bens privados se dão pelo consenso social estabelecido entre os grupos.

Alguns meses após a primeira visita à Praia do Martins de Sá, o turista citado anteriormente retorna com escritura e certidão de compra da “propriedade”. Desconhecendo suas possibilidades jurídicas de reverter a situação, como o direito sobre a terra por usucapião, por exemplo, que prevê o direito sobre uma propriedade em caso de permanência pacífica e moradia por pelo menos 10 anos (Lei nº 13.105/15), os caiçaras de Martins de Sá deixaram suas casas, migrando para praias vizinhas. Anos mais tarde, Manoel dos Remédios, apelidado de seu Maneco do Martins de Sá, decide retornar a pedido da mãe, que gostaria de viver sua terceira idade na praia onde nasceu.

Nesta ocasião, o grileiro já havia se retirado de Martins, deixando as marcas da estadia. As construções caiçaras haviam sido demolidas, a criação de búfalos havia castigado a mata nativa e a monocultura degradou o solo.

“Seu” Maneco reconstruiu casas e reflorestou barrancos, mas ainda precisava garantir o direito de permanência na terra. No ano de 1998, o grileiro entra com um processo de reintegração de posse, que se arrastou por alguns anos entre ameaças e sabotagens, como é de costume na região. “Seu” Maneco foi representado gratuitamente por jovens advogados que gostavam de acampar em seu terreno. Afeito a interpretações dos sonhos, certa vez ele sonhou que estava em meio a uma tempestade e sua casa estava prestes a cair precipício abaixo, quando chega uma criança e diz que tudo ficaria bem, pois alguns anjos se aproximam para ajudá-lo. Seu Maneco interpretou que se tratava dos jovens amigos advogados e, em 2012, ele e a família venceram o processo em segunda instância, sendo ele e a família os únicos que podem se estabelecer em Martins de Sá atualmente.

### **3. Construir o documentário a partir do diálogo e da narração**

Nosso entendimento inicial a respeito da construção do filme, não trazia uma proposta reflexiva, ainda que todo processo criativo seja, em alguma medida, um processo de aprofundamento. Nossa ideia era construir uma narrativa a partir do diálogo com os Caiçaras a respeito de suas vivências, cultura, rotina e processo de resistência em seu território tradicional. Havia, porém, alguma abertura à experimentação, àquela altura, reservada ao processo de montagem do filme.

No começo de 2018, planejo a viagem à Cajaíba para realizar a pesquisa do filme. O medo de não sermos aceitas era grande. O medo de sermos aceitas e não correspondermos às expectativas, tanto caiçaras quanto nossas era ainda maior. Somava-se a este contexto o medo de empreender um trabalho nestas condições, feito somente por mulheres, em busca de histórias que envolvem tantas violências. Há aqui nesta camada muitas nuances ligadas à violência – de gênero, de classe, de poder econômico – que somam-se ao medo de lidar com uma história de perseguições, ameaças, agressões, negação de direitos, expulsões e descaso do poder público de Paraty.

É importante esclarecer, ainda, que as tecnologias modernas da comunicação não estão muito presentes no cotidiano caiçara. Três dos cinco filhos de seu Altamiro residentes na praia tem celulares e, às vezes, é possível se comunicar por internet, mas o próprio Altamiro, bem como Jandira e Dica, não possuem tais possibilidades de comunicação. Ou seja, para falar com eles é preciso ir à praia.

A esta altura já havia entendido a importância de criar ambientações intimistas de filmagem. A chegada de muitos aparatos tecnológicos, luzes e câmeras não apenas dificultaria a atmosfera aproximativa que nos parecia fundamental para esta construção, mas também não havia recursos humanos e financeiros para tal empreitada. Por fim, ainda que houvesse recursos, a montagem de estruturas cinematográficas de grande porte na pequena praia isolada e de energia elétrica inconstante nos exigiria um trabalho de produção mais complexo. Pensamos que a parte mais fundamental, de qualquer forma, seriam os processos inter-relacionais.

No livro *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som* (2002) a característica destacada da narração está repleta de colocações indexadas (Bauer & Gaskel, 2002, p. 91). Indexadas significa que as informações relatadas que estão se referindo a acontecimentos concretos, realizados em lugar e tempo específicos. As narrações são ricas neste tipo de informação porque se referem, normalmente, à experiência pessoal e porque as pessoas tendem a detalhar os acontecimentos e ações quando contam suas histórias. A estrutura de uma narração inclui acontecimentos sequenciais encadeados que culminam em determinada ação e também a análise ou crítica da história.

A ideia básica da entrevista narrativa é reconstruir acontecimentos a partir da memória dos sujeitos entrevistados, da forma mais direta possível. Esse tipo de entrevista é classificada como não estruturada e de profundidade (Bauer & Gaskell, 2002, p. 95). Ela busca ir além da relação vertical que se desenvolve quando entrevistador faz perguntas pré-estabelecidas para o entrevistado, relação na qual o entrevistador seleciona o tema, elabora as perguntas e questiona com sua própria linguagem. É a partir desta perspectiva de diálogo, alteridade e empatia que buscamos desenvolver nossas entrevistas.

Sentimos uma dificuldade parecida nos diálogos com as lideranças locais, seja Ticote “Dona” Dica e “Seu” Altamiro, todos acostumados a apresentar amplamente a problemática da resistência territorial, inclusive para registros em vídeo. Percebemos que para acessá-los em suas questões e sentimentos mais humanos, para além dos fatos políticos, talvez fosse preciso maior intimidade e tempo de produção para desconstruir

aos poucos suas expectativas a respeito da *mise-en-scène* (Freire, 2006) cartesiana a qual parecem estar adaptados. Outra indagação que ainda nos cabe acerca deste tema é refletir a respeito de nossas intenções pré-estabelecidas. Afinal, quando nos propusemos à desconstrução da ideia do entrevistador que impõe ao entrevistado a confirmação de suas expectativas, estávamos nos inclinando a lidar com o inesperado, aproveitando-o para construir uma narrativa em conjunto com nossas personagens, diante do que nos ofereciam. Sob esta perspectiva, seria incoerente, além de arbitrário, rejeitar a *mise-en-scène*, por exemplo, que Ticote nos oferecia, especialmente supondo que outro formato seria mais apropriado.

Em nossas entrevistas buscamos auxílio em uma das principais especificidades da Entrevista Narrativa: o esforço para deixar as questões exmanentes (Bauer & Gaskell, 2002, p. 97) em segundo plano. Questões exmanentes são aquelas que interessam ao pesquisador: quais os assuntos/respostas que os pesquisadores desejam que os entrevistados respondam. Já as questões imanentes (*Idem*) são aquelas que o informante ou entrevistado compartilha a partir da provocação de narrativa do entrevistador. Nesse sentido, as perguntas que o entrevistador mais quer fazer, se não são respondidas naturalmente a partir da provocação inicial de narrativa, só serão perguntadas ao final da conversa com o entrevistado.

Sendo assim, antes de tudo, precisamos explorar o campo e formular nossas questões exmanentes que ficam, neste primeiro momento, guardadas. Esta etapa do processo foi contemplada numa primeira viagem de pesquisa, para justamente, levantamento de personagens, cenários e possíveis questões a serem abordadas. O início da entrevista narrativa pressupõe a formulação de um tópico inicial para provocar a narração. Este tópico não é uma pergunta, mas uma manifestação do desejo do entrevistado, do desejo de conhecer a alteridade. Por exemplo: “Seu Altamiro, pode nos contar sobre a história da Cajaíba?”. Durante a narração central do entrevistado, não se interrompe o entrevistado e só existe encorajamento não verbal para que o entrevistado não interrompa sua narrativa.

Quando o entrevistado vai finalizando sua fala, as perguntas vão girar em torno da narrativa “o que aconteceu então?”. A ideia é ir das perguntas exmanentes para as imanentes, tentando encontrar na fala do entrevistado o que se deseja saber sobre determinado assunto. Neste momento, tentamos não discutir as contradições da narrativa, nem questionar a motivação das ações. Na fala conclusiva, quando a entrevista é encerrada, é possível fazer perguntas mais explicativas, para saber os

“porquês” que não foram dados na narração. A tabela abaixo ajuda a sistematizar essas especificidades da entrevista narrativa, que buscamos privilegiar neste trabalho.

Para além de um método de pesquisa, a premissa do diálogo no Cinema Documentário é traduzida como conceito por Eduardo Coutinho. No texto *O Cinema Documentário e a Escuta Sensível da Alteridade*, ele destaca algumas questões que perseguimos para lidar com o outro. Primeiro, reflete ele, o documentário tradicionalmente usa um microfone, apontado para o interlocutor. A provocação do diretor, assim como sua reação e subjetividade ficam omitidas. Assim, o diálogo é suprimido. Pensamos, assim como Coutinho, que a relação entrevistador X entrevistado é necessariamente assimétrica, visto que a câmera é um objeto de poder. “Isso só poder ser compensado, na minha opinião, de uma forma correta, incluindo essa assimetria relativa no produto que você faz. Por isso que o microfone pertence aos dois lados, o diálogo é entre os dois lados” (Coutinho, 1997, p. 166).

#### **4. Captação de Imagem e finalização**

Dentre nossas intenções narrativas, estava a busca por registrar a vida Caiçara na Praia Grande. Acreditávamos que desta forma, seria possível entender um pouco mais sobre seus sonhos, perspectivas e motivações para resistir à expulsão. Neste contexto, acompanhamos “Seu” Altamiro durante uma tarde guiada por ele à sua plantação agroflorestal, momento que culminou com uma longa e emocionada entrevista realizada em sua casa. Fomos apresentadas também a um dos lugares preferidos de Lennon, seu filho, na Praia Grande – o mangue formado após a descida da cachoeira ao encontro do mar. Estivermos também nas casas de Lenon e Xibico. Nesta última, realizamos uma longa filmagem junto aos três irmãos, Lennon, Xibico e Adelino. Nesta ocasião, conversamos, especialmente, sobre suas memórias da infância na praia com a comunidade repleta de amigos e familiares, sobre as lendas e festividades locais realizadas naqueles tempos. Lenon nos contou ainda sobre o seu interesse pelos animais e a diversidade da fauna daquelas matas.

Realizamos três conversas filmadas com "Dona" Dica, na primeira logo de nossa chegada à praia, Dicas se ateuve à narração dos casos específicos a respeito da ocupação grileiro na praia e as ameaças sofridas por ela. Em nosso segundo encontro combinamos de visitar sua casa no alto da cachoeira, fato que nunca se concretizou. “Dona” Dica não



parecia exatamente disposta a nos abrir sua intimidade e precisávamos lidar com este fato. Coube a nós repensar as estratégias de comunicação a respeito do trabalho que se queria realizar.

Na terceira e última conversa a senhora franzina e corajosa finalmente se abriu um pouco mais. Filmada enquanto esperava o retorno dos netos da escola, “Dona” Dica fumava seu cachimbo e nos contava a respeito da construção de seu bangalô na praia, sobre sua irmã Maria e seu sobrinho Arildo, últimos de sua família a deixarem a Praia Grande. Ela nos contou sobre o trabalho de seu genro como caseiro da família Tanus e a respeito de sua filha, Branca, atual moradora da praia vizinha. Neste ponto é importante dizer que diversos Caiçaras retirados retornam à Península como caseiros, muitas vezes não remunerados, dos atuais donos não caiçaras das praias. Este é o caso de Branca, posteriormente também entrevistada por nós, bem como de seu marido. O casal vive sozinho com os filhos em nesta praia, na própria região da Cajaíba.

Aproveitamos também para captar imagens cotidianas e da natureza na Praia, além da diversidade de sons existentes nas diferentes situações e períodos do dia. Lembro-me de certa vez haver deitado no chão de terra, sob as árvores da agrofloresta de seu Altamiro enquanto gravava os sons dos inúmeros pássaros ali presentes. Lembro-me também das vezes em que gravamos o áudio de nossas elucubrações a respeito do documentário e de nossos sentimentos e sensações a respeito daquele processo. Utilizamos estes áudios como diário de bordo e também como processos catárticos e criativos.

Outros episódios que valem ressaltar foram as trocas com as crianças, sempre ligadas ao brincar e ao inesperado. Certa vez, esperávamos a volta do barco escolar na praia quando chegaram os netos de “Dona” Dica vestidos com caixas de papelão recortadas como máscaras e roupas, tudo muito improvisado e criativo. Elas se exibiam para a câmera e curiosas queriam aprender à utilizá-la. Realizamos algumas pequenas filmagens e fotografias para que vissem o funcionamento da máquina e em seguida retornaram a brincadeira que nos exibiam.

Conversamos também com “Dona” Jandira. Apesar de haver compartilhado algumas lembranças da comunidade perdida e um pouco sobre suas experiências relativas à maternidade, Jandira demonstrava grande desconforto durante a filmagem. A entrevista foi bastante rápida, pois logo percebemos que, naquele momento, não conseguiríamos acessar com fluidez as narrativas de “Dona” Jandira. Este fato, nos lembra outra questão destacada por Coutinho: a de classe social. Retomando à antiga

questão de como a presença da câmera torna gestos e falas artificiais, Coutinho adverte: “não é a presença da câmera que muda, realmente, o que muda é a presença de uma pessoa de outra classe social, que não pertence àquele mundo e vem interrogar sobre uma questão” (Coutinho, 1997, p. 166).

Seguindo esta linha de raciocínio, Eduardo Coutinho reflete que pode acontecer de o cineasta, impregnado de ideologias sobre o assunto que irá retratar, buscar entrevistados que corroborem sua opinião, fazer as perguntas certas para obter as respostas certas. Este documentário, explicitado em seu caráter ideológico, não busca uma visão imparcial e objetivista que ouça todos os lados. Nós buscamos ouvir, especificamente, um lado que narra uma história, parte, aliás, historicamente silenciada. Mesmo com essa consciência de que estamos retratando uma face da verdade, mais ou menos alinhados ideologicamente com os sujeitos que a protagonizam, buscamos, acima de qualquer resposta ou plano desejado, respeitar a integridade das pessoas entrevistadas. Como fazer isso? Acima de tudo exige uma abertura, uma ação de escuta empática de nossa parte.

Deixamos a Praia Grande com convites para retornar durante as festas nas semanas seguintes. Lenon e Adelino nos abriram suas casas e “Seu” Altamiro nos convidou a exibir o filme na praia – apenas 15 dias após nossas gravações. Apesar do tempo inviável para a construção do documentário naquele momento, guardamos o carinho destes convites, na certeza de que havíamos sido todos afetados por aqueles encontros. Nosso retorno para exibição do filme na Praia Grande já era programada como parte fundamental de nosso processo de realização cinematográfica mesmo antes do convite. O convite de “Seu” Altamiro foi a confirmação da importância deste compromisso e será realizado o encontro assim que o filme for finalizado.

Sobre isto, Coutinho reflete: “O pecado original do documentário é roubar a imagem alheia e, para compensar esse pecado, uma das coisas que eu faço é mostrar, durante ou depois da filmagem, o produto final ou em andamento” (Coutinho, 1997, p. 170). Essa relação que se cria é com sujeitos específicos e com comunidades específicas. É claro que, ao retratar a Praia da Caixa, por associação e generalização podemos estar fazendo uma conexão com a luta caiçara, a luta popular como um todo. Existe um compromisso ético, especialmente de criação de narrativa, com todos esses sujeitos. Mas o maior compromisso é com a comunidade específica, com as pessoas específicas que gentilmente cederam seu tempo para a realização de um filme. Para

essas pessoas, o filme precisa retornar, junto com o cineasta, para uma auto-reflexão coletiva.

## 5. Referências bibliográficas

- Adams, C. (2000). “As populações caiçaras e o mito do bom selvagem”. *Revista de Antropologia*, v. 43, nº1, ISSN 1678-9857.
- Bauer, M.; Gaskell, G. (2002). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. Decreto nº 89.242, de 27 de dezembro de 1983. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Cairuçu, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Brasília, DF, dez. De 1983. Retirado de: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-89242-27-dezembro-1983-439108-normaatualizada-pe.html> Acesso em: 12 de ago. de 2018.
- Brasil. Decreto Estadual nº 17.981, de 30 de outubro de 1992. Cria a Reserva Ecológica da Juatinga. Rio de Janeiro, RJ, out. 1992. Retirado de: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mdix/~edisp/inea0021130.pdf> Acesso em: 09 de mai. de 2018.
- Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, jan. 2000. Retirado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm) Acesso em: 23 de ago. De 2018.
- Brasil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Brasília, DF, jan. 2002. Retirado de: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm) Acesso em: 17 ago. 2018.
- Brasil. Lei nº 6371, de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a adoção de regras de restrição de acesso e trânsito a unidades de conservação da natureza e estradas-parque estaduais e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, dez. De 2012. Retirado de: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/db59b6488550bd2383257af60056f7c7?OpenDocument> Acesso em: 23 de ago. De 2018.

- Cavaliere, L. (2003) *A comunidade caiçara no processo da reclassificação da reserva ecológica da Juatinga*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. São Paulo: Universidade de São Paulo. Retirado de: <http://citrus.uspnet.usp.br/usprio/?q=trabalhos/comunidade-cai%C3%A7ara-no-processo-da-reclassifica%C3%A7%C3%A3o-da-reserva-ecol%C3%B3gica-da-juatinga>. Acesso em 22/12/2019.
- Coutinho, Eduardo. (1997) “O cinema documentário e a escuta sensível da alteridade”. *Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)*, n.15, p. 165-191, ISSN 0102-4442.
- Fausto, C. (1998). “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”. In CUNHA, M. (ORG.) *História dos Índios no Brasil* (pp. 381-396). São Paulo: Companhia das Letras.
- Fontes, C. (2013) *Análise dos conflitos socioambientais na área de proteção ambiental de Cairuçu (Paraty – RJ)*. Dissertação (Pós-graduação em geografia). Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Francesco, A. (2010) “Território em disputa: o caso dos caiçaras da Cajaíba”. V *Encontro Nacional da Anppas*, 4 a 7 de outubro de 2010 Florianópolis – SC – Brasil. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo.
- Freire, M. (2009). “Jean Rouch e a ética do encontro”. *Devires*, v. 6, pp. 80-97, ISSN: 1679-8503.
- Geraldi, J. (2000). “Culturas orais em sociedades letradas”. *Educação & Sociedade*, ano XXI, nº 73, pp. 100-108, dez.
- Oliveira, A. C. (2004) “Turismo e população dos destinos turísticos: Um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade – Paraty/RJ”. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 4, nº 1.
- Oliveira, Rodrigo. (2014) “O sentido da etnografia fílmica compartilhada de Jean Rouch em ‘Crônicas de um verão’”. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 3, nº 1.
- Ramos, Fernão Pessoa (2011). *A Imagem-câmera*. Campinas: Papirus
- Schwartz, F.; Abreu, L. (2011) “Agroecologia, ética e produção animal – contribuição para a construção da legislação de bem estar animal (BEA) no Brasil”. *Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, v.6, nº 2, ISSN: 2236-7934.

- Sisto, C. (2010) “O conto popular africano: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem”. *O Tabuleiro das Letras*, Edição Especial, dez./2010, ISSN: 2176-5782. Retirado de: [http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero\\_especial/pdf/artigo\\_nespecial\\_01.pdf](http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_especial/pdf/artigo_nespecial_01.pdf) Acesso em: 17/08/2019..
- Souza, V. (2017). *Educação para permanecer no território: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty*. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro.